



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Requerimento nº 1307/2019

**Ementa: Pede informações sobre declaração de ilegalidade da paralisação de professores da rede e eventuais descontos.**

O vereador Alécio Maestro Cau (PDT), no exercício da fiscalização prevista na Constituição Federal, art. 31 e Regimento Interno da Câmara Municipal, art. 2º, § 2º, encaminham ao Poder Executivo o presente requerimento sob a seguinte **JUSTIFICATIVA**:

Matéria publicada no site da prefeitura:

*Professores das redes públicas e privadas de todo o País, dos ensinos básico e superior, estão programando uma paralisação nacional nesta quarta-feira (15), em protesto pelos cortes de verbas para Educação e pela reforma da Previdência. Por orientação da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos de Valinhos, a falta dos professores será injustificada, por falta de amparo legal.*

*Os cortes na Educação pelo governo federal foram anunciados na semana passada pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub.*

*Segundo o secretário de Educação de Valinhos, professor Zeno Ruedell, um comunicado sobre a paralisação foi feito pelo sindicato dos professores do Estado de São Paulo (Apeoesp) no dia 8 deste mês. A Secretaria não tem informações sobre a adesão dos professores da Rede Municipal.*

*“Como ocorrido no mês de março, sabemos que alguns professores irão aderir, assim como outra parcela não. Por orientação da Secretaria de Assuntos Jurídicos, caso haja paralisação, a falta será considerada injustificada, uma vez que não há amparo legal”, explicou.*

*Ainda de acordo com Ruedell, um comunicado foi encaminhado para todas as unidades escolares, através da rede interna da Secretaria de Educação, informando a respeito da orientação da Secretaria.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Diante das informações da matéria, requer:

1. Envie o parecer jurídico que embasou a decisão da Secretaria da Educação.
2. Envie cópia do protocolo do comunicado sobre a paralisação feito pelo sindicato dos professores do Estado de São Paulo (Apeoesp) no dia 8 deste mês.
3. Envie cópia do protocolo do comunicado de greve feito pelo Sindicato dos Funcionários Públicos de Valinhos, Louveira e Morungaba referente à greve de 11 de setembro de 2018.
4. Envie parecer jurídico sobre a greve iniciada em 11 de setembro de 2018.
4. Houve decisão judicial declarando a paralisação de 15 de maio de 2019 ilegal?

Valinhos, 20 de maio de 2019.

  
**ALÉCIO MAESTRO CAU**

**Vereador PDT**